

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei Nº 780/2017

Edição Nº 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2024

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA E A ASSOCIAÇÃO DOS CONGADEIROS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DE LEANDRO FERREIRA.

O Município de Leandro Ferreira, inscrito no CNPJ nº 18.215.318/0001-09, com sede na Praça Bom Despacho nº 50, Centro, Leandro Ferreira – MG CEP 35657-000, denominado MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA, neste ato representado pelo Sr. Elder Corrêa de Freitas, Prefeito Municipal, e a ASSOCIAÇÃO DOS CONGADEIROS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DE LEANDRO FERREIRA, inscrita no CNPJ nº 24.797.577/0001-34, com sede na Rua Três, ° 309, bairro CONJ HABITACIONAL JOSÉ TAVARES GONTIJO, neste Município, neste ato representada pela presidente, a Sra. MARA DA CONCEIÇÃO GOMES DE FREITAS SANTOS, resolvem celebrar o presente termo de fomento, decorrente da inexigibilidade de Chamamento Público, em observância as disposições da lei nº 13.019/2014, da Lei Municipal nº 917/2024 pelas cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.O objeto do presente Termo de Fomento é a execução de repasse financeiro para auxílio no custeio de reparos de instrumentos, compra de tecidos para confecção das vestimentas e a aquisição de materiais para ornamentações de festas culturais, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros a organização da sociedade civil (OSC) conforme especificações no plano de trabalho. O objetivo do convênio é reafirmar a cultura e tradição da festa do Reinado na região, cujo movimento aumenta a cada ano nos três dias de evento.

CLAÚSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Praça Bom Despacho, 50, Centro, Leandro Ferreira/MG - CEP.: 35.657-000 - Telefax: (37) 3277-1331-
e-mail: dispensa@leandroferreira.mg.gov.br

Diário Oficial do Município de Leandro Ferreira - Ano 2024 – Edição Nº {78}

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

2. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3. O prazo de vigência deste Termo de Fomento será a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014, mediante termo aditivo, solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto; e de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento serão disponibilizados recursos pelo Município de Leandro Ferreira no valor total de R\$50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), de forma única, à conta da dotação orçamentária 13.391.7010.2293.3.3.90.39.00 – Ficha 242.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 A liberação do recurso financeiro se dará em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso aprovado no Plano de Trabalho, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

5.1.1 houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

5.1.2 quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

5.2 A administração pública deverá viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes a presente parceria.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

6.1.1 Os recursos financeiros serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

6.1.2 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, Estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.2 Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie devidamente justificado no plano de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

7.1 O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

7.2 Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento cabem à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

7.2.1 promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

7.2.2 prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objetivo do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

7.2.3 monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas in loco, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima Primeira deste instrumento;

7.2.4 comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

7.2.5 analisar os relatórios de execução do objeto e de execução financeira;

7.2.6 receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento;

7.2.7 designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei Federal n° 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;

7.2.8 retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei Federal N° 13.019/2014; assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei Federal n° 13.019/2014;

7.2.9 reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato a OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei Federal n° 13.019/2014;

7.2.10 prorrogar de "ofício a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei Federal n° 13.019/2014;

7.2.11 publicar, no Diário Oficial do Município o extrato do Termo de Fomento;

7.2.12 divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei Federal n° 13.019/2014;

7.2.13 exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

7.2.14 informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;

7.2.15 analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Fomento;

7.2.16 aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA OSC

8.1. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

8.1.1 executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei Federal N° 13.019/2014;

8.1.2 zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

8.1.3 garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso,

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei Nº 780/2017

Edição Nº 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

8.1.4 manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, as conformidades do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

8.1.5 não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei Federal Nº 13.019/2014,

8.1.6 apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o esclarecido nos art. 63 a 72 da Lei Federal oº 13.019/2014; para recebimento de cada parcela dos recursos financeiros.

8.1.7 executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

8.1.8 prestar contas à Administração Pública, no prazo previsto neste Termo de Fomento;

8.1.9 responsabilizar-se pela contratação e pagamento de pessoas que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VII do art. 11, inciso I, e (3º do art. 46 da Lei Federal Nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumentos permitir o livre acesso do gestor da parceria e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento in loco e prestando todas e quaisquer informações solicitadas,

8.1.10 quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:

8.1.10.1 utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

8.1.10.2 garantir sua guarda e manutenção;

8.1.10.3 comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

8.1.10.4 arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens.

8.1.10.5 em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência a administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC.

8.1.10.6 durante a vigência do Termo de Fomento, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada a sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

8.1.11 por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (tinta) dias, conforme art. 52 da Lei Federal N°13.019/2014;

8.1.12 manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art e 34 da Lei Federal N° 13.019/2014,

8.1.13 manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei Federal N° 13.019/2014;

8.1.14 garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

8.1.15 observar o disposto no art. 48 da Lei Federal n° 13.019/2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

8.1.16 comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, se houver,

8.1.17 divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal N° 13.019/2014

8.1.18 submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas a execução das despesas;

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei Nº 780/2017

Edição Nº 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

8.1.19 responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e Financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito as despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei Federal Nº 13.019/2014,

8.1.20 responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto prevista neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei Federal nº 13.019/2014;

8.1.21 quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

9.1 Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (Trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 a Lei Federal aº 13.019/2014.

9.2 Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OBC e aprovados previamente pela autoridade competente.

01-03-1963

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

10.1 A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública.

10.2 Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor nome

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

10.3 Na gestão financeira, a Organização da Sociedade Civil poderá:

10.3.1 pagar despesa em data posterior ao término da execução do Temo de Fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência ;

10.3.2 incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

10.4 É vedado à OSC:

10.4.1 pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados a parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

10.4.2 contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Leandro Ferreira, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

10.5 No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, 52°, da Lei Federal nº 13.019/2014).

10.5.1 Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei N°13.019/2014.

10.5.2 O relatório técnico de monitoramento e avaliação devera conter os elementos dispostos no inciso I do art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

10.5.3 O relatório de visita técnica in loco deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014).

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

10.5.4 A pesquisa de satisfação, será por base critérios objetivos de apuração da satisfação das beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

10.5.5 A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela Administração pública, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

10.5.6 Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será cavado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

10.5.7 Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de polícia pública setorial eventualmente existente na esfera de governo federal.

10.5.8 Estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei Federal nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido por:

11.1.1 extinto por decurso de prazo;

11.1.2 extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato,

11.1.3 renunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notícia escrito ao outro partícipe; ou

11.1.4 rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

11.1.4.1 descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

11.1.4.2 irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

11.1.4.3 omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no (2º do art. 70 da Lei Federal N°

13.019/2014;

11.1.4.4 violação da legislação aplicável:

11.1.4.5 cometimento de falhas reiteradas na execução;

11.1.4.6 malversação de recursos públicos;

11.1.4.7 constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

11.1.4.8 não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalizações;

11.1.4.9 descumprimento das condições que caracterizem a parceira privada como OSC (art. 2, inciso I, da lei Federa n° 13.019/2014);

11.1.4.10 paralisação da execução da parceria sem justa causa e prévia comunicação a Administração Pública.

11.1.4.11 quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo ordenador da despesa, e

11.1.4.12 outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

11.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

11.3 Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcira a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

11.4 Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

11.5 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1 O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

11.5.2 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados a irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

11.5.3 Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Destrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

12.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

12.2 Se a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se tácita a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao dano seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integrados recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

13.1 Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

13.2 Os bens patrimoniais de que trata o caput deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto vigor a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de mais bens será transferida à Administração Pública.

13.2.1 A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da lei Federal nº 13.019 / 2014.

13.3 Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

13.4 Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

13.4.1 não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

13.4.2 o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

13.5 Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência de parceria, o valores pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

13.6 A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sob utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

13.7 Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

14.1 A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

14.1.1 O prazo referido poderá ser prorrogado por até 30 (tinta) dias, desde que devidamente justificado.

14.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

14.2.1 Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

14.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o meio de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

14.2.3 A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

14.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e neste Termo de Fomento.

14.3 A prestação de contas relativa à execução deste Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

14.3.1 relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.

14.3.2 relatório de execução financeira deste Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente localizadas e sua vinculação com a execução do objeto,

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

14.4 A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

14.4.1 relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

14.4.2 relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento ou de fomento.

14.5 No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

14.6 Se a duração da parceria exceder um ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

14.7 Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata o item 15.5 deverão, obrigatoriamente, mencionar:

14.7.1 os resultados já alcançados e seus benefícios;

14.7.2 os impactos econômicos ou sociais;

14.7.3 o grau de satisfação do público-alvo;

14.7.4 a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

14.8 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

15.1 Quando a execução da parecia estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da lei Federal a° 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções

15.1.1 advertência;

15.1.2 suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos; e

15.1.3 declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 15.1.2.

15.2 As sanções estabelecidas nos incisos 15.1.2 e 15.1.3 são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta originária dos recursos, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

15.3 Prescrevem em cinco anos, contados a partir da datada apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

15.4 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado a apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA DIVULGAÇÃO

16.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada por meio deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

17.1 A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo estrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

18.1 Será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Pitangui.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e a conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em juízo ou fora dele.

Leandro Ferreira, 02 de setembro de 2024.

Elder Corrêa de Freitas

Prefeito municipal

Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS CONGADEIROS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DE LEANDRO FERREIRA

01-03-1963

TESTEMUNHA:

NOME: _____

CPF: _____

Diário Oficial

Diário Oficial Eletrônico do Município de Leandro Ferreira-MG Instituído pela Lei N° 780/2017

Edição N° 78 – Ano 2024 – Segunda-Feira, 02 de Setembro de 2024.

NOME: _____

CPF: _____

